



Cristovam disse que vai processar Azevedo como fez das outras vezes: 'É a 15ª vez que ele me calunia'

178 Documento comprova a legalidade

O reitor da Universidade de Brasília, João Cláudio Todorov, apresentou documento que comprova que a indenização paga ao ex-professor de medicina Antonio Márcio Junqueira Lisboa por Cristovam Buarque, em outubro de 1985, quando pertenceu à reitoria da UnB, é legal. O pagamento foi determinado e homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao contrário do que afirmou o ex-reitor da instituição, João Carlos Azevedo, numa nota publicada ontem nos jornais da cidade.

Lisboa ingressou com uma reclamação trabalhista contra a Fundação Universidade de Brasília, em abril de 1975, contestando a mudança unilateral do seu contrato de dedicação exclusiva para 12 horas de trabalho. A modificação no contrato foi feita, segundo explicou o médico, sem sua autorização no início de 1975. Antonio Márcio Junqueira pediu, na época, indenização em dobro, já que seu salário foi reduzido em 75%.

O médico diz que foi perseguido por Azevedo, que era vice-reitor da UnB, no período militar. Ele informou que decidiu se afastar da instituição em junho de 1975, até a conclusão do processo, porque seu filho, Antonio Márcio Junqueira Júnior, que estudava na UnB, foi mantido preso pela Polícia Federal durante 54 dias para confessar envolvimento com o Partido Comunista. "Um agente policial chegou a nos dizer que seria o autor da prisão de meu filho, mas não posso revelar o nome porque não tenho provas", salientou.

Em 1983, quando Azevedo era reitor da UnB, a instituição foi obrigada pelo TRT a reintegrar o médico ao seu quadro de funcionários, explicou Todorov, ao salientar que a Universidade recorreu da decisão, mas teve de depositar o valor estimado da indenização na Caixa Econômica Federal. Em 1985, quando Cristovam assumiu, procurou o professor para fazer um acordo e

ofereceu-lhe 75% do montante depositado no banco para encerrar o processo na Justiça e ele retornar à UnB. O acordo, aceito por Lisboa, foi homologado pelo TST, que estava revendo a decisão do TRT.

O diretor da Faculdade de Educação, Paulo Vicentino Guimarães, que intermediou as negociações, explicou que Cristovam tomou esta decisão porque sabia que futuramente, quando a Justiça desse a sentença final, a Universidade teria de pagar um volume muito maior ao médico. Além disso, salientou Todorov, a instituição não podia perder um profissional tão competente. Lisboa tem um vasto currículo na área de pediatria. Ele disse que não se lembra quanto recebeu de indenização, mas salienta que foi o equivalente a 60 anos de trabalho, já que solicitou a indenização em dobro e tinha 30 ans de serviço público prestado ao Governo Federal. Lisboa se aposentou na quarta-feira.